

Relatório Anual 2018

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	39.745	43.451
Carteira de Crédito *	228.855	407.292
Depósitos	300.195	368.959
Patrimônio Líquido	115.793	119.403
Capital	63.937	65.029
Resultado Antes das Destinações	15.927	20.658
Rentabilidade do PL	13,75%	17,30%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC
CNPJ/MF nº 87.781.530/0001-00

ATIVO		31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO		31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		512.366	470.757	CIRCULANTE		301.380	261.974
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	5.666	4.275	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	127.602	126.794
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 06)	24.111	22.644	Depósitos à Vista		71.418	59.293
Carteira Própria		24.111	22.644	Depósitos a Prazo		56.184	67.501
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		162.647	181.276	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		138.764	104.198
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		-	3	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		12	5
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		20	4	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 13)	138.752	104.193
Correspondentes no país		28	30	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		2.181	724
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	162.599	181.239	Recursos em Trânsito de Terceiros		2.181	724
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	297.956	245.937	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 14)	-	3.798
Operações de Crédito		316.638	259.981	Empréstimos País - Outras Instituições		-	3.798
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(18.682)	(14.044)	OUTRAS OBRIGAÇÕES		32.833	26.460
OUTROS CRÉDITOS		21.380	16.265	Cobrança e Arrecadação de Tributos		159	54
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(NOTA 07)	56	33	Sociais e Estatutárias		1.857	1.421
Rendas a Receber		1.050	860	Fiscais e Previdenciárias		1.022	893
Créditos Específicos		612	575	Diversas	(NOTA 15)	29.795	24.092
Diversos	(NOTA 07 e 08)	20.581	15.558				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 07)	(919)	(761)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	606	360				
Outros Valores e Bens		1.189	1.607				
(Provisão para desvalorização)		(614)	(1.315)				
Despesas Antecipadas		31	68				
NÃO CIRCULANTE		154.247	85.946	NÃO CIRCULANTE		245.830	196.820
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	18.743	1.691	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	241.357	192.686
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		18.743	1.691	Depósitos Interfinanceiros		4.678	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	109.336	61.615	Depósitos a Prazo		236.679	192.686
Operações de Crédito		119.742	69.967	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	338	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(10.406)	(8.352)	Repasses Interfinanceiros		338	-
OUTROS CRÉDITOS		246	40	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(NOTA 15)	4.135	4.134
Diversos	(NOTA 07 e 08)	248	41	Diversas		4.135	4.134
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 07)	(2)	(1)				
INVESTIMENTOS	(NOTA 10)	12.611	11.572	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		119.403	97.909
Outros Investimentos		12.611	11.572	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 17)	65.029	55.422
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 11)	8.599	7.340	De Domiciliados no País		66.087	55.463
Imóveis de Uso		1.802	1.802	(Capital a Realizar)		(1.058)	(41)
Outras Imobilizações de Uso		11.268	9.133	RESERVAS DE SOBRAS		49.273	35.929
(Depreciação acumulada)		(4.471)	(3.595)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		5.101	6.558
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	4.712	3.688				
Outros Ativos Intangíveis		9.235	7.264				
(Amortização acumulada)		(4.523)	(3.576)				
TOTAL DO ATIVO		666.613	556.703	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		666.613	556.703

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC
CNPJ/MF nº 87.781.530/0001-00

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	39.721	1	39.722	74.604	12	74.616	70.419	7	70.426
Operações de Crédito	38.778	1	38.779	72.880	12	72.892	68.296	7	68.303
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	942	-	942	1.719	-	1.719	2.123	-	2.123
Resultado das Aplicações Compulsórias	1	-	1	5	-	5	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(22.454)	(24)	(22.478)	(39.498)	(44)	(39.542)	(43.779)	(634)	(44.413)
Operações de Captação no Mercado	(8.305)	(24)	(8.329)	(16.058)	(44)	(16.102)	(23.055)	(33)	(23.088)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.652)	-	(3.652)	(7.709)	-	(7.709)	(8.025)	(601)	(8.626)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.497)	-	(10.497)	(15.731)	-	(15.731)	(12.699)	-	(12.699)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17.267	(23)	17.244	35.106	(32)	35.074	26.640	(627)	26.013
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(10.794)	1.868	(8.926)	(19.738)	3.599	(16.139)	(11.300)	2.983	(8.317)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.590	4.854	8.444	6.627	9.281	15.908	5.643	7.459	13.102
Rendas de Tarifas Bancárias	2.911	-	2.911	5.644	-	5.644	4.863	-	4.863
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(10.885)	(878)	(11.763)	(20.754)	(1.639)	(22.393)	(18.746)	(1.431)	(20.177)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(8.832)	(1.588)	(10.420)	(16.610)	(2.979)	(19.589)	(13.327)	(2.312)	(15.639)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(28)	(244)	(272)	(66)	(467)	(533)	(106)	(380)	(486)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 22)	9.214	137	9.351	18.000	202	18.202	20.863	183	21.046
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	(6.764)	(413)	(7.177)	(12.579)	(799)	(13.378)	(10.490)	(536)	(11.026)
RESULTADO OPERACIONAL	6.472	1.846	8.318	15.368	3.567	18.935	15.340	2.356	17.696
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	372	2	374	1.841	11	1.852	981	7	988
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.844	1.848	8.692	17.209	3.578	20.787	16.321	2.363	18.684
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	348	348	-	(129)	(129)	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	209	209	-	(68)	(68)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	139	139	-	(61)	(61)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	6.844	2.196	9.040	17.209	3.449	20.658	16.321	2.363	18.684
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.449	(3.449)	-	2.363	(2.363)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	6.844	2.196	9.040	20.658	-	20.658	18.684	-	18.684
REVERSÃO DA RESERVA DE EXPANSÃO	-	-	-	407	-	407	-	-	-
DESTINAÇÕES	-	-	-	(15.974)	-	(15.974)	(12.136)	-	(12.136)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.028)	-	(3.028)	(3.267)	-	(3.267)
Fates - Estatutário	-	-	-	(668)	-	(668)	(728)	-	(728)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(7.349)	-	(7.349)	(7.275)	-	(7.275)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(4.675)	-	(4.675)	(866)	-	(866)
Outras Destinações	-	-	-	(254)	-	(254)	-	-	-
REVERSÃO RESERVA	-	-	-	10	-	10	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	5.101	-	5.101	6.548	-	6.548

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC

CNPJ/MF nº 87.781.530/0001-00

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	46.444	26.788	-	-	5.173	78.405
Destinação resultado exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados	4.138	-	-	-	(4.138)	-
Destinações para reservas	-	1.000	-	10	(1.010)	-
Outras destinações	-	-	-	-	(25)	(25)
Capital de associados						
Aumento de capital	3.524	-	-	-	-	3.524
Baixas de capital	(1.912)	-	-	-	-	(1.912)
Reversão de Outras Reservas	-	-	-	(10)	10	-
Resultado do período	-	-	-	-	18.684	18.684
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(728)	(728)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.275	-	-	(7.275)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.228	-	-	-	(3.267)	(39)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	866	-	-	(866)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	55.422	35.929	-	-	6.558	97.909
Mutações do Período	8.978	9.141	-	-	1.385	19.504
Saldos no início do período em 01/01/2018	55.422	35.929	-	-	6.558	97.909
Destinação resultado exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados	4.802	-	-	-	(4.802)	-
Destinações para reservas	-	-	1.727	10	(1.737)	-
Outras destinações	-	-	-	-	(19)	(19)
Capital de associados						
Aumento de capital	4.292	-	-	-	-	4.292
Baixas de capital	(2.471)	-	-	-	-	(2.471)
Reversões de reservas	-	-	(407)	(10)	417	-
Resultado do período	-	-	-	-	20.658	20.658
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(668)	(668)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.681	-	-	(6.681)	-
Reserva de Expansão	-	-	668	-	(668)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.984	-	-	-	(3.028)	(44)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.675	-	-	(4.675)	-
Outras Destinações	-	-	-	-	(254)	(254)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	65.029	47.285	1.988	-	5.101	119.403
Mutações do Período	9.607	11.356	1.988	-	(1.457)	21.494
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	60.445	35.929	1.727	10	11.618	109.729
Capital de associados						
Aumento de capital	2.689	-	-	-	-	2.689
Baixas de capital	(1.089)	-	-	-	-	(1.089)
Reversões de reservas	-	-	(407)	(10)	417	-
Resultado do período	-	-	-	-	9.040	9.040
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(668)	(668)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.681	-	-	(6.681)	-
Reserva de Expansão	-	-	668	-	(668)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.984	-	-	-	(3.028)	(44)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.675	-	-	(4.675)	-
Outras Destinações	-	-	-	-	(254)	(254)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	65.029	47.285	1.988	-	5.101	119.403
Mutações do Período	4.584	11.356	261	(10)	(6.517)	9.674

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina -
Sicredi Integração de Estados RS/SC
CNPJ/MF nº 87.781.530/0001-00**

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	15.213	28.290	20.956
Resultado do semestre/exercício	9.040	20.658	18.684
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	6.173	7.632	2.272
Provisão para operações de crédito	5.797	6.692	85
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	(701)	1.055
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	88	159	(15)
Depreciação do imobilizado de uso	646	1.252	869
Amortização do intangível	504	947	898
Baixas do ativo permanente	12	31	17
(Reversão) para passivos contingentes	(110)	(94)	(68)
Destinações ao FATES	(668)	(668)	(728)
Dividendos SicrediPar	(96)	14	159
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(59.426)	(41.491)	(21.594)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(16.998)	(17.052)	(956)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(744)	(1.467)	(17.017)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	3.404	3	(2)
(Aumento) em créditos vinculados	(19)	(15)	(4)
Redução em relações com correspondentes	2	2	107
(Aumento) em operações de crédito	(138.065)	(106.433)	(31.256)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	69.202	34.905	2.788
(Aumento) em outros créditos	(4.092)	(5.493)	(3.112)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(402)	454	327
Aumento em depósitos	23.324	49.479	21.436
Aumento em relações interdependências passivas	1.921	1.457	216
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(4.973)	(3.798)	(11)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(475)	(796)	(449)
Aumento em outras obrigações	8.489	7.263	6.339
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(44.213)	(13.201)	(638)
Aquisição de Investimentos	-	(1.039)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.791)	(2.542)	(1.978)
Aplicações no Intangível	(734)	(1.971)	(1.026)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.525)	(5.552)	(3.004)
Integralização de capital	2.689	4.292	3.524
Baixa de capital	(1.089)	(2.471)	(1.912)
Juros ao capital próprio	(44)	(44)	(39)
Distribuição de Sobras	-	(19)	(25)
Outras destinações	(254)	(254)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	1.302	1.504	1.548
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(45.436)	(17.249)	(2.094)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	213.701	185.514	187.608
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	168.265	168.265	185.514

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 14/05/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen(CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 13 de fevereiro de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	5.666	4.275
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	162.599	181.239
Total	168.265	185.514

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	18.743	1.691
DI entre Banco e Cooperativas	15.931	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.812	1.691
Total não circulante	18.743	1.691

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2018	2017
Cotas de Fundos de Renda Fixa	24.111	22.644
Total circulante	24.111	22.644

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	148.850	61.863	210.713	183.522
Financiamentos	23.180	57.508	80.688	33.086
Financiamentos rurais e agroindustriais	144.608	371	144.979	113.340
Carteira total	316.638	119.742	436.380	329.948

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	56	-	56	33
Devedores por compra de valores e bens	355	244	599	135
Títulos e créditos a receber (i)	16.621	4	16.625	11.357
Total	17.032	248	17.280	11.525

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível A	0,50	138.940	140.390	695	702
Nível B	1,00	146.116	103.661	1.460	1.092
Nível C	3,00	118.384	48.204	3.552	1.446
Nível D	10,00	21.430	23.469	2.143	2.347
Nível E	30,00	6.801	8.996	2.040	2.699
Nível F	50,00	3.023	3.772	1.512	1.886
Nível G	70,00	3.235	1.900	2.265	1.330
Nível H	100,00	15.731	11.081	15.731	11.081
Total (i)		453.660	341.473	29.398	22.583

(i) Em 31 de dezembro de 2018 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 611 (2017 - R\$ 575).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2018					2017
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.524	25.405	43.414	49.723	121.066	76.992
Rural	205	29.356	115.047	371	144.979	113.340
Industrial	27	7.722	3.289	5.467	16.505	12.043
Comércio	5.757	20.045	40.319	32.075	98.196	79.677
Outros Serviços	322	13.631	26.607	32.354	72.914	59.421
Total	8.835	96.159	228.676	119.990	453.660	341.473

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	55.378	12,21	46.806	13,71
50 devedores seguintes	115.755	25,52	88.265	25,85
100 devedores seguintes	73.088	16,11	60.720	17,78
Demais	209.439	46,16	145.682	42,66
Total	453.660	100	341.473	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	23.158	23.088
Constituição de provisão	15.731	12.699
Movimentação de baixados para prejuízo	(8.880)	(12.629)
Saldo final	30.009	23.158

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 5.783 (2017 - R\$ 2.178), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 14.445 (2017 - R\$ 14.687).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	107	64
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	579	1.595
Devedores por compra de valores e bens	355	95
Devedores por depósitos em garantia	1.416	1.354
Impostos e contribuições a compensar	576	390
Títulos e créditos a receber	16.621	11.356
Cotas de consórcio	159	6
Devedores por convênios	73	63
Operações com cartões	344	37
Pendências a regularizar	263	37
Outros	88	561
Total Circulante	20.581	15.558

Devedores por compra de valores e bens	244	40
Títulos e créditos a receber	4	1
Total não circulante	248	41

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	1.189	1.607
Imóveis	1.189	1.607
Despesas antecipadas	31	68
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(614)	(1.315)
Total Circulante	606	360

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 614 (2017 - R\$ 1.315) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	6.690	5.651
Sicredi Participações S.A.	5.920	5.920
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	12.611	11.572

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	1.920.703 ON	1.920.703 ON	1	1	6.690.185	5.651.607
	3.998.904 PN	3.998.904 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,67%	0,68%	0,62%	0,61%	1,75%	1,61%
Capital social	880.597	874.847	164	164	383.377	351.047
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	393.914	361.565
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	5.920	5.920	1	1	6.690	5.651

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	13.070	(4.471)	8.599	7.340
Imobilizações em curso	-	867	-	867	1.403
Terrenos	-	225	-	225	225
Edificações	4%	1.577	(116)	1.461	1.524
Instalações	10%	4.057	(1.120)	2.937	2.150
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.552	(976)	1.576	925
Sistema de comunicação	10%	209	(98)	111	61
Sistema de processamento de dados	20%	2.959	(1.880)	1.079	820
Sistema de segurança	10%	409	(127)	282	110
Sistema de transporte	20%	215	(154)	61	122
Intangível (i)		9.235	(4.523)	4.712	3.688
Investimentos Confederação		9.130	(4.514)	4.616	3.688
Outros ativos intangíveis		105	(9)	96	-
Total		22.305	(8.994)	13.311	11.028

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018			2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	71.418	-	-	71.418
Depósitos Interfinanceiros	-	-	4.678	4.678
Depósitos a prazo	12.658	43.526	236.679	292.863
Total	84.076	43.526	241.357	319.480

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	138.752	104.193
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	138.752	104.193
Total circulante	138.752	104.193
Recursos do Crédito Rural	338	-
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	338	-
Total não circulante	338	-

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 19/06/2021, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	-	3.798
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	-	3.798
Total circulante	-	3.798

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017 (Reapresentado)
Cheques administrativos	1.764	1.894
Obrigações por convênios oficiais	10	9
Provisão para pagamentos a efetuar	5.092	4.433
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	1.662	1.756
Outras Contingências	13	19
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.649	2.866
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	195	248
Pendências a regularizar	77	5
Operações com cartões	16.289	10.921
Demais fornecedores	542	585
Credores diversos	1.502	1.356
Total circulante	29.795	24.092
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	4.135	4.134
Total não circulante	4.135	4.134

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	1.614	377	(459)	1.532
Cível	142	104	(116)	130
Total	1.756	481	(575)	1.662

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	1.532	1.614
Cível	Provável	130	142
Total		1.662	1.756

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 5; R\$ 396; R\$ 99 (2017 - R\$ 85, R\$ 340 e R\$ 99), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	65.029	55.422
Total de associados	43.451	39.815

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 9.607 (2017 – R\$ 8.978), sendo R\$ 7.786 (2017 – R\$ 7.366) via integralização de resultados e R\$ 4.292 (2017 – R\$ 3.524), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.471 (2017 – R\$ 1.912).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5,1% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.028, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 50% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou 5% foram para a Reserva de Expansão e 1,9% para Outros Destinações.

NOTA 18 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2018 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 1.123 (R\$ 2.040 em dezembro de 2017), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	20.787	18.684
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(8.731)	(7.847)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	2	-
Provisão resgate de milhas cartão	62	37
Provisão PPR	(47)	40
Receita com atos cooperativos	7.228	6.855
Juros sobre capital próprio	1.272	1.372
Outros	85	(457)
Subtotal	8.602	7.847
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(129)	-

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	18.743	1.691
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	24.111	22.644
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	162.599	181.239
Outros Créditos - Rendas a receber	840	674
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	424	1.605
Investimentos (Nota 10)	12.611	11.572
Intangível (Nota 11)	4.616	3.688
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	139.090	104.193
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	-	3.798
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	16.393	10.852
Principal e juros dívida subordinada (Nota 15)	4.330	4.382
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.719	2.123
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	5.831	4.721
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 22)	12.963	17.418
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 18)	1.123	2.040
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	7.709	8.626
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	772	632
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	6.676	6.323

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	284	0,40%	157
Depósitos a prazo	6.608	2,26%	5.021
Operações de crédito	643	0,15%	1.275

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	2.527	2.221

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	428	345
Despesa de aluguéis	1.854	1.772
Despesa de comunicação	899	887
Despesa de manutenção e conservação	1.336	931
Despesa de material	358	293
Despesa processamento dados	341	247
Despesa de promoções e relações públicas	1.605	1.008
Despesa de propaganda e publicidade	274	197
Despesa de seguro	77	26
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.972	2.793
Despesa de serviços de terceiros	1.462	1.202
Despesa de serviços de vigilância e segurança	915	767
Despesa de serviços de técnicos especializados	2.077	1.047
Despesa de serviços de transportes	876	778
Despesa de viagem	370	351
Despesa de depreciação	1.261	869
Outras despesas administrativas	2.484	2.126
Total	19.589	15.639

NOTA 22 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	1.398	883
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	12.563	16.897
Reversão de provisões operacionais	3.152	2.546
Outras rendas operacionais	1.089	720
Total	18.202	21.046

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.129	427
Contribuições Cooperativistas	118	91
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	277	244
Contribuição Confederação Sicredi	4.680	4.037
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	525	492
Encargos da administração financeira	83	95
Repasse administradora de Cartões	237	418
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	940	898
Outras provisões operacionais	2.817	2.947
Outras despesas operacionais	2.572	1.377
Total	13.378	11.026

NOTA 24 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	98.648	76.680
Coobrigações em cessões de crédito	278	358
Total	98.926	77.038

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos".

NOTA 26 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	117.288	98.025
Nível I (NI)	114.691	95.396
Capital principal - CP	114.691	95.396
Capital social	65.029	55.422
Reservas de capital	49.273	35.929
Lucros acumulados	5.101	6.558
Ajustes Prudenciais	(4.712)	(2.513)
Nível II (NII)	2.597	2.629
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	2.597	2.629
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	606.878	479.454
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.034	572
Margem de Capital (i)	52.532	47.110
Índice de Basileia (PR / RWA)	19,33%	20,45%
Situação de Imobilização (Imob)	8.600	8.516
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,33%	8,69%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Vidolmar Luiz Pazinato
Diretor Executivo
CPF: 472.940.270-72

Valdeci Nardi
Diretor de Operações
CPF: 487.700.430-00

Solange Leidemer
Contadora
CRC: RS-069079/O-2
CPF: 619.885.880-49